

Senado faz segundo esforço concentrado de votações



Moreira Mariz/Senado Federal

Plenário deve examinar nesta semana matérias objeto de acordo, inclusive a proposta que restaura a exigência de diploma para exercício do jornalismo

Os líderes partidários deverão se reunir amanhã, às 15h, com o presidente do Senado, José Sarney, para definir as matérias que entrarão na pauta

As sessões deliberativas do Plenário acontecerão de amanhã até quinta-feira, segundo informa a Secretaria-Geral da Mesa. A liderança do governo diz que deverão ser votadas as matérias remanescentes do acordo estabelecido no início do mês – como a que trata do livre exercício dos cultos religiosos –, além de autorizações para operações de crédito e indicações de autoridades **3**

Corregedor da Receita fala sobre vazamento de dados fiscais

Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho presta informações à Comissão de Constituição e Justiça, amanhã, sobre a quebra do sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge. **4**

Ex-dirigentes da Previ depõem sobre suposta "fábrica de dossiês"

O ex-presidente Sérgio Rosa e o ex-gerente de Planejamento Gerardo Santiago, ambos da Previ, falam à CCJ sobre denúncia de espionagem a adversários do governo Lula. **4**

Comissão analisa criação de relatório sobre obras inacabadas **3**

Comitês devem ajudar a reduzir a mortalidade materna no país

Proposta que prevê a criação, nos estados e nos municípios, de comitês de estudos e prevenção da mortalidade materna está pronta para ser votada pelo Plenário do Senado. **2**



Ana Volpoe/Senado Federal

Área interna do Hospital Materno Infantil de Brasília: índice de mortalidade materna no país é três vezes e meia maior que o aceitável pela OMS

Projeto de lei que obriga os gestores federal, estaduais e municipais do SUS a criar comissões de estudo e prevenção está pronto para votação no Plenário do Senado

Comitês poderão ajudar na redução da morte materna

A CRIAÇÃO EM todo o país de comitês de estudos e de prevenção da mortalidade materna é uma das medidas que poderão contribuir para a redução desse problema. Projeto da Câmara (PLC 100/07) que está pronto para votação pelo Plenário do Senado regulamenta a implantação dos comitês.

O Brasil tem um índice de mortalidade materna superior a três vezes o que é considerado aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No país, são registrados 75 óbitos para cada 100 mil bebês nascidos vivos, segundo informou o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em audiência no Senado em maio deste ano. Para a OMS, esse número não deveria ultrapassar 20 mortes para cada 100 mil nascimentos.

A proposição que está em Plenário foi aprovada em fevereiro pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo elaborado pela



Redução da mortalidade materna é uma das metas do milênio definidas pela ONU

senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e adotado pelo senador Mão Santa (PSC-PI), que assumiu a relatoria com a saída da senadora da comissão.

Conforme o relatório, embora portarias do Ministério da Saúde determinem que a morte materna seja compulsoriamente notificada e que seja criada comissão cujas atribuições coincidam, de modo geral, com as dos comitês que o projeto propõe criar, a ausência de normas

legais sobre o tema desobriga os demais gestores da saúde a instituir essas medidas.

O substitutivo estabelece como incumbência dos gestores federal, estaduais, distrital e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) a criação desses comitês. Entre os objetivos do milênio, definidos pela Organização das Nações Unidas, em 2000, está a redução, em 75%, até 2015, da mortalidade materna registrada em 1990.

Atendimento à criança pelos planos deve ter regra

Proposta que define normas para o atendimento médico a crianças e adolescentes pelos planos e seguros privados de saúde é uma das 40 matérias da pauta da reunião de quarta-feira da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), no segundo esforço concentrado do Senado antes das eleições.

O texto é um substitutivo do senador Mão Santa (PSC-PI), aprovado na Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a projeto (PLS 228/08) da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE). A proposta, que deverá receber decisão terminativa, foi elaborada pela senadora por sugestão da Sociedade Brasileira de Pediatria. A assistência à saúde da criança e do adolescente, segundo a iniciativa, inclui a prevenção de ocorrências de agravos à saúde que ponham em risco o processo

de crescimento.

Também se encontra na pauta da CAS, para decisão terminativa, projeto (PLS 451/08) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) determinando que o adicional noturno pago com habitualidade integra o salário do empregado para todos os efeitos. A medida está em conformidade com o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a questão.

Senado debate a importância das mídias digitais

O uso das mídias sociais como instrumento para aproximar o Senado dos cidadãos é o objetivo do 1º Workshop de Mídias Digitais do Senado, que será realizado nesta quinta-feira, das 9h às 17h, no Plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho. O encontro será mediado pelo diretor da Consultoria Bites, Ma-

noel Fernandes, que também ministrará as palestras "Web 2.0 e as redes sociais: conceitos e estratégias" e "O jornalismo na web: a indexação de bons conteúdos".

— A palavra "senado" é buscada no Google em média 400 mil vezes por mês. Melhor que as pessoas recebam infor-

mações do próprio Senado. As mídias sociais são o único canal para a instituição responder aos internautas, com informações corretas e seguras — salientou Fernandes.

As vagas são limitadas e a participação ocorre mediante inscrição pelo e-mail srpeventos@senado.gov.br.

Agenda

A AGENDA COMPLETA, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Comunicados e discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores, comunicações da Mesa diretora e leitura do expediente.

Terça-feira

CAE Empréstimo para programa HIV/Aids

10h A Comissão de Assuntos Econômicos examina quatro operações de empréstimos entre o Brasil e organismos internacionais. Uma das mensagens prevê US\$ 67 milhões para a nova etapa do Programa Estruturando a Governança para a Resposta Nacional ao HIV/Aids e Outras DSTs. Projeto que destina aos estados e municípios recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvt) pode ser votado.

CCJ Vazamentos de dados fiscais e dossiês

10h A comissão ouve o corregedor-geral da Secretaria da Receita Federal, Antonio Carlos Carvalho, sobre suposta quebra de sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge. Também presta depoimento Demetrius Sampaio Felinto, que teria em seu poder fitas com imagens da ex-secretária da Receita Lina Vieira, em encontro com o ex-chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Às 11h, a comissão ouve Gerardo Santiago e Sérgio Rosa, do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), sobre suposta "fábrica de dossiês", que teria sido montada para espionar adversários políticos.

CMA Obras inacabadas

11h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que trata do controle de obras públicas inacabadas. Outro projeto trata da proteção das cargas ferroviárias.

CRE Incentivo a médicos por estágio

14h Projeto que concede incentivo a médicos que tenham realizado estágio de adaptação e serviço nas Forças Armadas está entre os itens da pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Quarta-feira

CCT Normas para eleições

8h30 A proposta que estabelece normas para as eleições é o primeiro item da pauta da comissão, que pode apreciar também projetos de decreto legislativo que autorizam o serviço de radiodifusão em diversas cidades do país.

CAS Agentes comunitários de saúde

9h Entre os 39 itens da pauta, a comissão analisa projeto que define regras para a admissão de agentes comunitários de saúde, que passariam ao status de servidor público, e iniciativa que beneficia com folgas empregado que acompanhar dependente portador de deficiência.

CCJ Liberdade condicional para crime hediondo

10h A comissão examina, entre 83 itens da pauta, projeto que eleva o período mínimo de cumprimento da pena para a concessão do livramento condicional a autor de crime hediondo e a indicação do tenente-brigadeiro do ar Cleonilson Nicácio Silva para ministro do Superior Tribunal Militar (STM).

CE Universidades comunitárias

10h Audiência pública sobre universidades comunitárias. Participam Vilmar Thomé (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias), Mário César dos Santos (Associação Catarinense das Fundações Educacionais) e José Marinoni (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Sueli Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto cria relatório com obras públicas inacabadas

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve examinar na reunião de amanhã, às 11h30, projeto que determina a criação de um relatório com a discriminação de todas as obras públicas de engenharia inacabadas e paralisadas há mais de um ano nas quais a União tenha participação financeira. A matéria terá decisão terminativa na CMA.

De autoria do senador Fernando Collor (PTB-AL), o projeto (PLS 58/08) atribui ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) a elaboração do relatório. Este deverá ser entregue anualmente, até 31 de dezembro, às comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso Nacional, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União e ao Ministério Público da União.

O relator do projeto, Jefferson Praia (PDT-AM), manteve as emendas apresentadas à proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Telefonia

A comissão deverá analisar ainda, também em caráter terminativo, projeto da Câmara que altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97)

Orçamento impositivo interessa ao Congresso, mas não avança

A proposta de emenda constitucional que torna impositiva a execução do Orçamento da União, aprovada pelo Senado em 2006, está parada na Câmara dos Deputados. A PEC 22/00 chegou a tramitar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde recebeu voto favorável do deputado Paulo Maluf (PP-SP), mas, depois de muita polêmica e de um pedido de vista conjunto, saiu de pauta.

Apresentada pelo então senador Antonio Carlos Magalhães, depois de escândalos que abalaram o exame do Orçamento no Congresso, a PEC classifica como crime de responsabilidade uma prática comum no tenso relacionamento entre Legislativo e Executivo quanto à lei orçamentária: o contingenciamento. Por esse mecanismo, o governo simplesmente deixa de executar o que o Congresso aprova no Orçamento.

Cancelamento

A proposta faculta ao presidente da República, diante de razões de natureza técnica, econômico-financeira, operacional ou jurídica que impossibilitem a execução



Proposta de Fernando Collor está na pauta de amanhã da CMA

para obrigar as operadoras de telefonia fixa a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória (PLC 70/09 ou PL 768/03, na Casa de origem).

Também em caráter terminativo, será apreciado projeto que altera o parágrafo terceiro do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90), com o objetivo de garantir a substituição, a restituição ou a redução do preço quando o reparo comprometer o produto (PLC 328/09 ou PL 3.881/08).

A proposta tramita em conjunto com o PLS 536/09, do senador Paulo Paim (PT-RS), que obriga os fabricantes a credenciar pelo menos um serviço de assistência técnica autorizada em municípios com mais de 100 mil habitantes.

do Orçamento, solicitar ao Congresso o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, de uma dotação aprovada. Mas há um prazo para essa solicitação – 120 dias antes do encerramento da sessão legislativa –, que poderá ser desconsiderado em caso de calamidades públicas ou de queda da receita.

A PEC aprovada pelo Senado acaba com a Comissão Mista de Orçamento (CMO) e prevê a tramitação separada, nas duas Casas, dos projetos relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao Orçamento anual e aos créditos adicionais.

A proposta, que tramitou por seis anos no Senado, tem alguns limites. Muitas despesas orçamentárias já são hoje de execução obrigatória, como a reserva para o superávit primário, os recursos para educação e saúde, os salários dos servidores e os benefícios previdenciários.

Descontado isso, segundo cálculos do Ministério do Planejamento, sobram menos de 10% para as chamadas despesas discricionárias – e, na verdade, é sobre essa parcela que se trava uma verdadeira batalha.

Proposta obriga governo a executar Orçamento aprovado pelo Congresso

Nesta semana o Senado realiza o segundo esforço concentrado durante o período de campanha eleitoral. Plenário e comissões organizam hoje as pautas de trabalho

Líderes se reúnem para definir pauta de votações

OS LÍDERES DO Senado se reunirão amanhã, às 15h, para definir as votações da segunda semana do esforço concentrado. As sessões deliberativas acontecerão de amanhã até a quinta-feira. A informação é da Secretaria-Geral da Mesa.

De acordo com a liderança do governo, a pré-pauta da reunião ainda não está fechada, mas deverão ser votadas as matérias remanescentes do acordo estabelecido para a semana de votações realizada no início deste mês, além de autorizações para operações de crédito e indicações de autoridades.

Entre as matérias remanescentes, estão o PLC 160/09, que trata dos direitos e das garantias fundamentais ao livre exercício da crença e dos cultos religiosos, e o PLC 124/08, que cria o Dia Nacional do Rotaractiano.

Também não foi votada na

primeira semana de agosto a proposta de emenda à Constituição (PEC 33/09) que restaura a exigência de diploma de curso superior em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Os estados da Bahia e de São Paulo podem ser autorizados a fazer empréstimos externos

A liderança do governo acredita que as matérias referentes a autorizações de empréstimo para os estados da Bahia e de São Paulo também terão destaque nas votações. As operações de crédito

em favor do estado da Bahia somam US\$ 40 milhões. Já o estado de São Paulo pode ser beneficiado por empréstimo de até US\$ 130 milhões para o financiamento parcial da linha 4 do metrô da capital.

Outro empréstimo, no valor de até US\$ 67 milhões, a ser celebrado entre o governo e o

Bird (Banco Mundial), financiará o Programa Estruturando a Governança para a Resposta Nacional ao HIV/Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

O governo aposta ainda na votação de alguns projetos considerados consensuais, como o PLS 185/04, do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que regulamenta o uso de algemas. A matéria disciplina os casos de abuso na utilização de algemas para contenção de presos, determinando que o uso desses instrumentos ficará restrito a casos de resistência, de risco de fuga do preso e de ameaça à integridade física dos envolvidos.

Também tem grandes chances de ser votado o PLC 53/04, que inclui o peso – ou o volume, ou o comprimento, quando for o caso – entre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto. O Código de Defesa do Consumidor não obriga a indústria a incluir essa informação específica na embalagem do produto.

Projetos que visam à garantia da saúde da população também estão na lista: o PLC 158/08 prevê a falta ao trabalho para realização de exame preventivo de câncer e o PLC 5/09 inclui as vacinas contra hepatite A; meningocócica conjugada C; pneumocócica conjugada sete valente; varicela; e pneumococo no calendário básico de vacinação da criança.

Também pode ser votada a indicação de Cleonilson Nicácio Silva para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM).



Projeto que regulamenta uso de algemas consta da pauta de votações

CAE analisa empréstimos de US\$ 237 milhões

Quatro operações de empréstimos externos no valor total de US\$ 237 milhões devem ser analisadas amanhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. A operação de maior valor, de US\$ 130 milhões, será realizada entre o estado de São Paulo e o Japan Bank for International Cooperation.

A segunda operação de maior valor, de US\$ 67 milhões, deve ser assinada entre o governo brasileiro e o Bird (Banco Mundial), para financiar parcialmente o Programa Estruturando a Governança para a Resposta Nacional ao HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

A Bahia deve ser contemplada com as duas outras operações: US\$ 30 milhões do Bird devem financiar parcialmente um programa de combate à pobreza rural e US\$ 10 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) vão para o desenvolvimento ambiental.

Nova regra para recursos do Dpvat

Está na pauta de amanhã da CAE projeto que destina aos estados e municípios recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvat). Atualmente, as seguradoras repassam à União 50% dos valores recolhidos com o seguro – a outra metade custeia as indenizações. A proposta destina à União apenas 15% desses recursos e divide os 35% restantes com os estados (15%) e os municípios (20%).

A matéria em exame é um substitutivo de João Vicente Claudino (PTB-PI) ao PLS 16/08 de Marconi Perillo (PSDB-GO). Para Claudino, os recursos devem ser usados exclusivamente no custeio da assistência médico-hospitalar de vítimas de acidentes de trânsito.

Propostas de benefícios fiscais devem ser votadas

Projetos que tratam de isenções ou benefícios fiscais estão na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um deles é o PLS 90/10 – Complementar, do senador Fernando Collor (PTB-AL), que inclui os escritórios de engenharia e arquitetura entre os beneficiários do regime especial do Simples Nacional, pelo qual microempresas e empresas de pequeno porte pagam menos impostos e contribuições. Outro projeto (PLS 95/10), de Papaléo Paes (PSDB-AP), prevê incentivo fiscal à produção de remédios e seus insumos. O PLS 347/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC), por sua vez, isenta estados e municípios do pagamento de impostos na aquisição de veículos para suas frotas. Já o PLS 191/06, apresentado por José Sarney (PMDB-AP), concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Antonio Carlos Carvalho deve participar amanhã de reunião na CCJ. Outro depoente, Demetrius Felinto, falará sobre suposto encontro entre Lina Vieira e Dilma Rousseff

Corregedor da Receita fala sobre vazamento de dados

O CORREGEDOR-GERAL DA Receita Federal, Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho, fala amanhã, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), sobre o vazamento de dados fiscais do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira. Com início às 10h, a audiência prevê ainda o depoimento de Demetrius Sampaio Felinto, ex-funcionário da Presidência que afirma possuir cópia de vídeos supostamente comprovando encontro de Dilma Rousseff com a ex-secretária da Receita Lina Vieira. A candidata petista à Presidência, à época ministra-chefe da Casa Civil, nega a existência da reunião.

A iniciativa de propor a audiência foi de Alvaro Dias (PSDB-PR). O partido do senador já protocolou representação pedindo à Procuradoria-Geral da União que investigue as revelações de Demetrius Felinto. Com relação ao vazamento de dados fiscais de Eduardo Jorge, a Receita e a Polícia Federal divulgaram nota na última quinta-feira para informar que estão tratando o caso como "prioridade institucional".

De acordo com Alvaro Dias, a quebra do sigilo fiscal de Eduardo Jorge resultou na edição de um dossiê pela equipe de comunicação do comitê de campanha da candidata Dilma Rousseff, do PT. Ele salientou ainda que, quando o secretário da Receita, Otacílio Cartaxo, esteve na CCJ, em julho, informou que já existiam funcionários sob investigação, mas não divulgou nomes.

Mesmo assim, a analista tributária Antonia Aparecida Rodrigues dos Santos Neves Silva acabou sendo identificada como uma das suspeitas da violação



Alvaro Dias (acima) sugeriu a audiência para tratar da quebra do sigilo fiscal de Eduardo Jorge (D)

dos dados, o que motivou convite para que também comparecesse à CCJ. Ela deveria prestar esclarecimentos em 11 de agosto, mas enviou justificativa para deixar de comparecer. Como não foi possível ouvir a servidora, Alvaro Dias propôs o convite ao corregedor.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Célio Azevedo/Senado Federal

Invasões

Mais 140 contribuintes tiveram seu sigilo fiscal violado na mesma agência da Receita, em Mauá, na região do ABC paulista. A informação foi divulgada na sexta-feira pelo jornal *O Globo*. Nesse grupo,

estão pessoas ligadas ao comando do PSDB, como Luiz Carlos Mendonça de Barros, Ricardo Sérgio de Oliveira e Gregorio Marin Preciado.

Além de Antonia Aparecida, encontram-se sob investigação Adeidda Ferreira Leão dos Santos e Ana Maria Caroto Cano, duas funcionárias do Serpro lotadas na Receita.

Os dados fiscais de outros nomes ligados ao comando tucano também teriam vazado

Ex-dirigentes da Previ serão ouvidos amanhã pela CCJ

O ex-presidente da Previ – fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil – Sérgio Rosa e o ex-gerente de Planejamento da entidade Gerardo Xavier Santiago devem participar amanhã, às 11h, de audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), os dois foram chamados a esclarecer a suposta "fábrica de dossiês" montada na Previ para espionar adversários do governo Lula.

Gerardo Santiago, que atuou na Previ entre 2003 e 2007, foi o autor das denúncias. Ele falou sobre o esquema de espionagem à revista *Veja*. Publicada na edição de 11 de agosto, a reportagem traz ainda a revelação de que a

entidade vem sendo utilizada como máquina de arrecadação de recursos para o PT.

O denunciante também foi assessor da presidência da Previ, função em que atuou igualmente sob o comando direto de Sérgio Rosa. Santiago se afastou da Previ e do PT depois de se desentender com Rosa – que também deixou o cargo em julho deste ano.

À revista, Gerardo Santiago disse que o fundo de pensão funciona como um "bunker de um grupo do PT", que seria liderado pelo deputado Ricardo Berzoini (SP), pelo tesoureiro do partido, João Vaccari Neto, pelo ex-ministro Luiz Gushiken, além do próprio Sérgio Rosa. Revelou ter tido participação direta na confecção de dossiês para "desmoralizar adversários



Kátia Abreu quer esclarecimentos sobre suposta "fábrica de dossiês"

políticos".

Para aumentar a arrecadação do PT, a Previ teria montado uma rede de conselheiros ligados ao partido em empresas com participação acionária do fundo. Os conselheiros trabalhavam para influenciar as doações das companhias em favor do partido.

José Cruz/Senado Federal

Ayres Britto cita Ziraldo para liberar humor

Em decisão liminar, sujeita a revisão pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Carlos Ayres Britto revogou a vigência da proibição a quadros e programas de humor que retratem candidatos às eleições. O ministro deferiu parcialmente a liminar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em que a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert) contesta dispositivos da Lei Eleitoral por impedirem as emissoras de veicularem programas que venham a "degradar ou ridicularizar candidatos nos três meses que antecedem as eleições".

Para Ayres Britto, não é papel do Estado "definir previamente o que pode ou o que não pode ser dito por indivíduos e jornalistas". Sobre o humor, especificamente, ele acrescentou que não se trata apenas de uma forma de fazer rir. E citou Ziraldo: "o humor é uma visão crítica do mundo e o riso, efeito colateral pela descoberta inesperada da verdade que ele revela".



Nelson Jr/ASICS-TSE

Liminar do ministro do STF Ayres Britto liberou humor nas eleições

Muitos artistas concorrem a vagas no Legislativo

Francisco Everardo Oliveira Silva, o Tiririca, tem chamado a atenção na internet não pelo seu trabalho como humorista, mas pelo desempenho no horário eleitoral gratuito. Como inúmeros outros artistas, ele é candidato a uma vaga na Câmara dos Deputados. A grande exposição na mídia tem motivado celebridades das mais diversas áreas, como músicos, artistas de circo, modelos e ex-jogadores de futebol, a disputarem cargos no Legislativo federal.

Se tiverem êxito, integrantes do *showbiz* como os cantores Moacyr Franco, Netinho de Paula, Waguinho e Renner podem ocupar algumas das 54 cadeiras em disputa para o Senado.

A maior parte dos "candidatos-celebridades" concorre a deputado federal ou estadual, sob a regra da proporcionalidade. A lista é longa. Há desde ex-participantes de *reality shows* até uma seleção de futebol formada por ex-atletas profissionais como Romário, Marcelinho Carioca e Vampeta.



José Cruz/Senado Federal

Presidente da CCJ, Demostenes Torres recoloca projeto em debate

Em pauta, penas mais duras para crimes hediondos

Processo eleitoral e combate à violência dominam a pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no esforço concentrado de votações desta semana. O presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), vai recolocar em discussão projeto de lei (PLS 249/05) que aumenta o período mínimo de cumprimento da pena de prisão – de dois terços para quatro quintos –, para que condenados por crime hediondo tenham direito a livramento condicional.

Apresentada por Hélio Costa (PMDB-MG), a proposição recebeu parecer favorável de Demostenes, que relatou a matéria. Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto em separado pela rejeição do projeto. Para ele, a proposta fere os princípios constitucionais da individualização e da proporcionalidade das penas, além de violar o objetivo de ressocialização dos presos. A matéria tem exame terminativo na CCJ.

Já o PLS 310/99, que também será examinado na comissão, teve parecer da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) propondo a ampliação de 30 para 50 anos no tempo máximo de cumprimento de penas privativas de liberdade. Outra matéria que deve ser votada, em turno suplementar, é o substitutivo ao PLS 265/06, que permite a redução da pena do condenado a regime fechado ou semiaberto que decidir estudar. Cada 12 horas de frequência escolar levariam à redução de um dia na pena.

No caso da legislação eleitoral, três propostas deverão ser examinadas pela CCJ durante o esforço concentrado: o PLS 400/08, de César Borges (PR-BR), que proíbe pronunciamentos de agentes públicos, em rádio e TV, nos três meses anteriores às eleições; o PLS 306/06, que obriga candidatos a presidente da República, governador e prefeito, assim como os respectivos vices, a entregarem seus programas de governo à Justiça Eleitoral; e o PLS 195/06, que também exige dos candidatos o registro de carta de princípios e programa de trabalho junto à Justiça Eleitoral.

Na quarta-feira, a CCJ sabatina o tenente-brigadeiro do ar Cleonilson Nicácio Silva, indicado para ministro do Superior Tribunal Militar (STM).